

Controles Internos e Fiscalização de Contratos Administrativos e Convênios

Volmar Bucco Junior
Auditor Público Externo

Ementa

- ▶ Estatísticas de Contratações Públicas
- ▶ Irregularidades mais frequentes nas organizações estaduais
- ▶ Fiscalização de contratos e convênios
- ▶ Responsabilização perante o TCE/MT

Estatísticas de Contratações Públicas

Governo Federal – 2013

Quantidade de compras públicas, segundo o tipo de processo – Órgãos SISG

Modalidade	Processos de Compra					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013¹
Concorrência	771	1.319	934	1.086	1.314	1.062
Concorrência Internacional	50	44	105	51	40	40
Concurso	8	16	16	11	16	11
Convite	4.957	1.499	961	621	452	318
Dispensa de Licitação	246.635	235.566	211.029	186.301	169.875	158.765
Inexigibilidade de Licitação	14.048	15.838	16.677	19.742	23.783	24.759
Pregão Eletrônico	30.865	33.700	33.696	32.357	34.747	36.956
Pregão Presencial	1.297	1.083	657	334	268	184
Tomada de Preços	1.641	1.636	1.334	1.170	1.307	1.073
Total	300.272	290.701	265.409	241.673	231.802	223.168

¹ janeiro a dezembro.

Fonte: Comprasnet.

Elaboração: SLTI/MP.

Estatísticas de Contratações Públicas

Governo Federal – 2013

Valor das compras públicas, segundo o tipo de processo – Órgãos SISG

Modalidade	Valor de Compra ¹					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ²
Concorrência	9.167.855.840,53	14.546.704.831,43	12.393.154.773,52	6.377.263.000,50	12.678.890.659,73	5.140.841.080,08
Concorrência Internacional	146.359.305,34	1.053.839.103,41	1.032.577.330,98	85.951.777,18	140.937.239,77	12.378.228,84
Concurso	372.625,43	1.151.347,51	2.974.844,09	901.562,48	2.581.625,00	3.357.349,09
Convite	163.181.777,33	73.198.638,70	49.330.037,37	32.885.611,90	22.409.868,60	14.808.398,04
Dispensa de Licitação	15.134.384.857,80	8.725.194.787,66	11.676.471.129,88	7.646.697.849,80	13.802.507.425,32	9.442.357.296,24
Inexigibilidade de Licitação	3.210.978.280,03	5.824.096.648,18	7.731.978.598,76	11.513.800.634,23	10.672.115.922,26	11.738.434.680,30
Pregão Eletrônico	21.277.510.721,75	22.026.596.987,24	28.656.588.714,71	24.646.715.336,42	33.639.555.907,00	40.963.356.588,24
Pregão Presencial	2.802.208.233,56	3.117.945.219,90	1.313.059.935,34	1.017.601.729,99	1.152.980.671,26	726.223.535,31
Tomada de Preços	745.677.499,84	696.300.483,06	557.320.756,89	462.949.601,53	507.064.775,89	394.789.405,35
Total	52.648.529.141,60	56.065.028.047,08	63.413.456.121,54	51.784.767.104,03	72.619.044.094,83	68.436.546.561,49

¹ Valores corrigidos pelo IPCA Dessazonalizado.

² janeiro a dezembro.

Fonte: Comprasnet.

Elaboração: SLTI/MP.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4

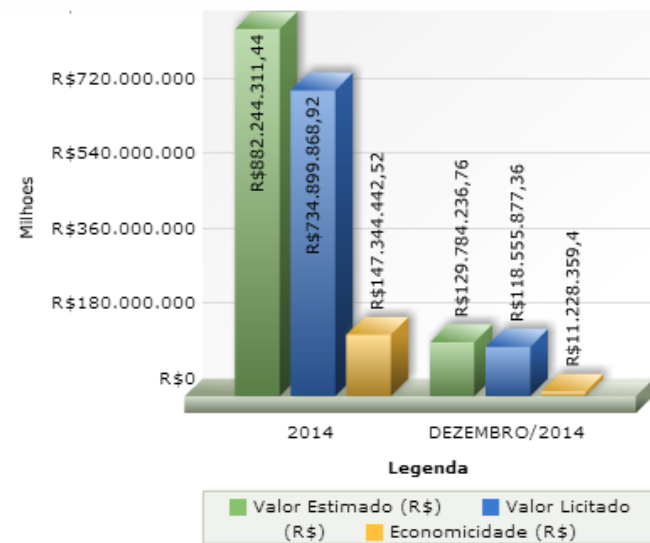
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Estatísticas de Contratações Públicas

Governo Estadual – 2014

Economia com Registro de Preço - DEZEMBRO/2014.

Valores	2014	DEZEMBRO/2014
Valor Estimado (R\$)	882.244.311,44	129.784.236,76
Valor Licitado (R\$)	734.899.868,92	118.555.877,36
Economicidade (R\$)	147.344.442,52	11.228.359,40
Economicidade (%)	16,70	8,65



Irregularidades mais frequentes – Organizações Estaduais

Apuração Geral das Irregularidades – 2013 Geral – Estado

Irregularidades por Natureza

Natureza	Total	Percentual
B – GRAVES	145	74,0%
C – MODERADAS	6	3,1%
A – GRAVÍSSIMAS	8	4,1%

Irregularidades por Assunto

Assunto	Total	Percentual
J – DESPESA	36	18,4%
H – CONTRATO	27	13,8%
E – CONTROLE INTERNO	23	11,7%
G – LICITAÇÃO	22	11,2%
C – CONTABILIDADE	17	8,7%
D – GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA	12	6,1%
M – PRESTAÇÃO DE CONTAS	2	1,0%
K – PESSOAL	3	1,5%
I – CONVÊNIO	11	5,6%
L – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)	4	2,0%
F – PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO	2	1,0%
B – GESTÃO PATRIMONIAL	5	2,6%
A – LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS	0	0,0%
N – DIVERSOS	1	0,5%

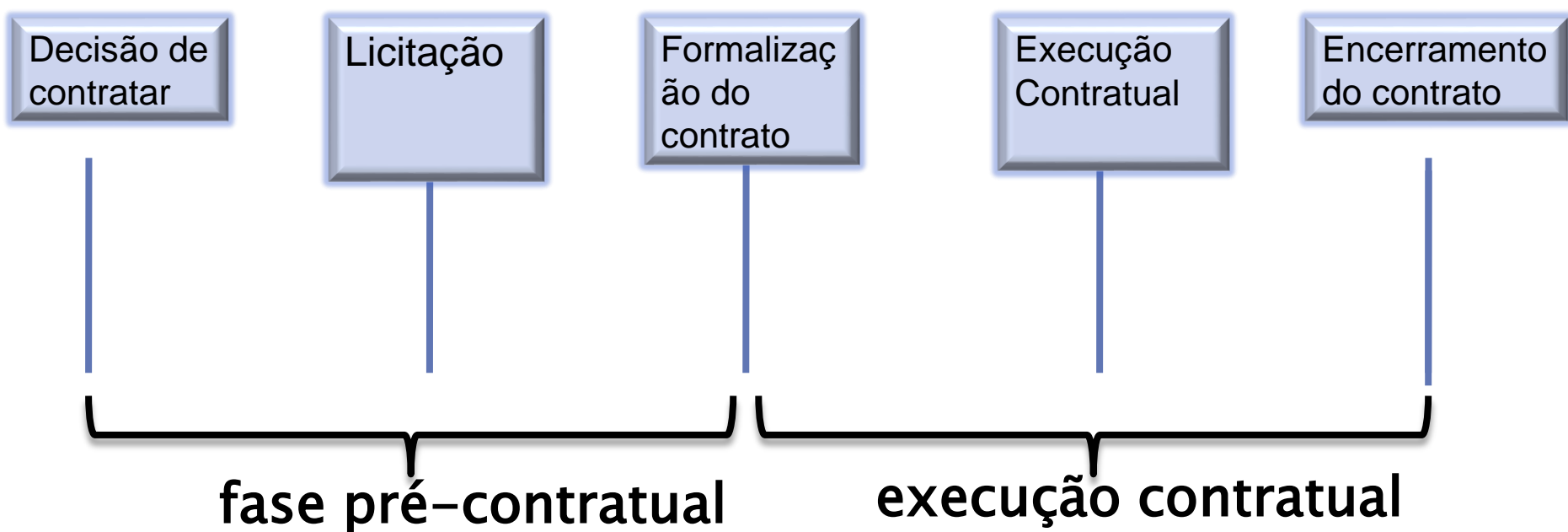


Irregularidades mais frequentes – Organizações Estaduais

Irregularidades por Código				
(Ranking)				
ord.	Código	Descrição Resumida	Total	Percentual
1	JB 01	Despesa_Grave_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas .	13	6,63%
2	EB 05	Controle_Interno_Grave_05. Ineficiência dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos .	12	6,12%
3	CB 02	Contabilidade_Grave_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis.	11	5,61%
4	HB 05	Contrato_Grave_05. Ocorrência de irregularidades na formalização dos contratos).	8	4,08%
5	HB 04	Contrato_Grave_04. Inexistência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por um representante da Administração especialmente designado.	6	3,06%
6	IB 02	Convênio_a Classificar_02. <u>Não-observância</u> das regras de execução de convênios e/ou instrumentos congêneres (art. 116 da Lei nº 8.666/1993; Instruções Normativas Conjuntas <u>Seplan/ Sefaz/AGE</u> nº 003/2009 e nº 004/2009; e art. 73, VI, 'a', da Lei Nº 9.504/1997).	6	3,06%
7	JB 03	Despesa_Grave_03. Pagamentos de parcelas contratuais ou outras despesas sem a regular liquidação (art. 63, § 2º, da Lei nº 4.320/1964; e arts. 55, § 3º, e 73 da Lei nº 8.666/1993).	5	2,55%
8	GB 02	Licitação_Grave_02. Realização de despesas com justificativas de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação (arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993).	5	2,55%
9	GB 13	Licitação_Grave_13. Ocorrência de irregularidades nos procedimentos licitatórios.	4	2,04%
10	IB 03	Convênio_a Classificar_03. <u>Não-observância</u> das regras de prestação de contas referentes a convênios e/ou instrumentos congêneres (art. 116 da Lei nº 8.666/1993; Instruções Normativas Conjuntas <u>Seplan/Sefaz/AGE</u> nº 003/2009 e nº 004/2009; e art. 73, VI, 'a', da Lei nº 9.504/1997).	4	2,04%
11	HB 06	Contrato_a Classificar_06. Ocorrência de irregularidades na execução dos contratos (Lei nº 8.666/1993 e demais legislações Vigentes).	4	2,04%



FASES DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA



Ineficiência nas Contratações

- Subdimensionamento de necessidades/
Superdimensionamento de necessidades.
- Especificações Imprecisas
- Contratações Diretas sem fundamentação legal,
fabricadas ou sem observância dos preceitos legais

JB_02– Irregularidade Grave
(aquisições ilegais, ilegítimas e/ou antieconômicas)

Restrição à Competição

- Especificações excessivas, desnecessárias e irrelevantes; GB_03– Irregularidade Grave
- Não-parcelamento de objeto divisível. GB_04 – Irregularidade Grave
- Fracionamento de despesas. GB_05 – Irregularidade Grave
- Não observância do Estatuto da Micro Empresa – LC 123/06. GB_08 – Irregularidade Grave



HB 04 (grave) – Inexistência de acompanhamento e fiscalização da execução **contratual** por um representante da Administração especialmente designado.

SÚMULA TCE/MT Nº 005

A execução de contratos administrativos deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante do órgão contratante, especialmente designado para tal fim.

- representante da Administração designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato
- Legitima a liquidação da despesa
- Sugere a aplicação de penalidade
- Possibilidade de contratação de terceiros para auxiliar
- Observância do princípio da especialidade
- Responsabilização perante o TCE/MT

IB 01 (grave) – Não-observância das regras de **celebração de convênios** e/ou instrumentos congêneres

- Plano de trabalho pouco detalhado.
- Metas insuficientemente descritas, quantitativa e qualitativamente.
- Caracterização insuficiente da situação de carência dos recursos.
- Projeto básico incompleto e/ou com informações insuficientes.
- Ausência de projeto básico.
- Falta de comprovação da existência de contrapartida (orçamentária e financeira).

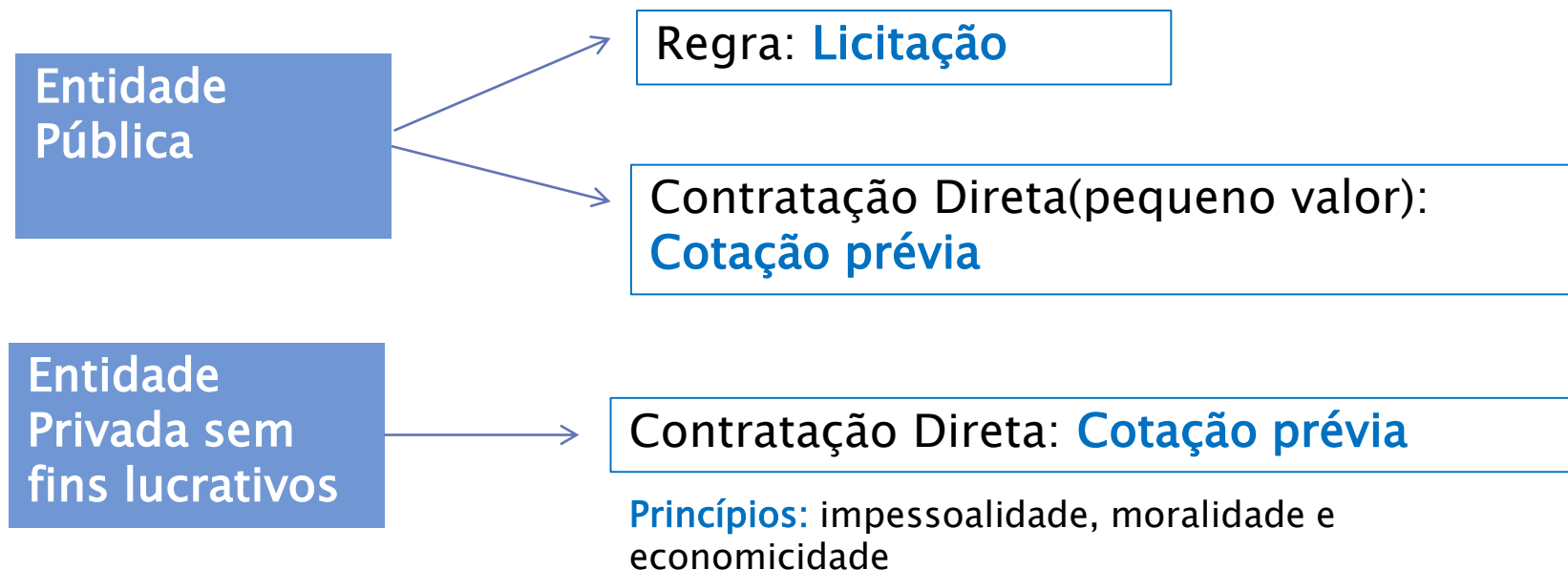
Hipóteses de vedação de celebração

- Entidade privada com fins lucrativos
- Entidade privada com dirigentes vinculados ao poder público
- Falta de correlação entre o objeto social as características do programa
- Inadimplência com outros convênios
- Entidades que em outras oportunidades :
 - ✓ omissão no dever de prestar contas;
 - ✓ descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
 - ✓ desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
 - ✓ ocorrência de dano ao Erário; ou
 - ✓ prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

IB 02 (grave) – Não-observância das regras de execução de **convênios** e/ou instrumentos congêneres.

- omissão do concedente na fiscalização da aplicação dos recursos de convênios
- repasse de parcelas em desconformidade com o cronograma de desembolso/ausência de comprovante da medição
- atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas

DA EXECUÇÃO Contratação com Terceiros



Resolução de Consulta nº 02/2009 (DOE, 12/2/2009). Licitação. Entidade privada gestora de recursos públicos mediante convênio. Observância no que couber da Lei nº 8.666/93. Impossibilidade de substituição da licitação por simples “cotação de preços”.

1. É indispensável que as entidades privadas gestoras de recursos públicos mediante convênio observem os princípios norteadores aplicáveis ao setor público, como: **isonomia, igualdade, ampla concorrência, publicidade**, dentre outras, aplicando, no que couber a Lei nº 8.666/93, no tocante à licitação e contrato. 2. A simples “cotação de preços” não é suficiente para substituir o procedimento licitatório da Lei nº 8.666/1993.



IB 03 (grave) – Não-observância das regras de prestação de contas de **convênios** e/ou instrumentos congêneres.

- Não-instauração da tomada de contas especial em face da não-prestação de contas e/ou ocorrência de dano ao erário;



- **Finalidade:** apurar fatos, quantificar o dano, identificar os responsáveis e obter o respectivo ressarcimento
- **Competentes para instaurar:**
 - ✓ órgão concedente,
 - ✓ por determinação dos Órgãos do Controle Interno e do Tribunal de Contas

Obs:

- restando infrutífera a TCE deve ser encaminhada ao Tribunal de Contas
- Observar regras para encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas (**Resolução Normativa TCE/MT nº 24/2014**)



Nova Regulamentação para os convênios – Organizações Estaduais

Instrução Normativa Conjunta Seplan/Sefaz/AGE nº 1/2015 (27/02/2015)

Estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para celebração, execução e prestação de contas referentes à transferência de recursos através de convênio, pelos Órgãos ou Entidades do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.



Nova Regulamentação para os convênios – Organizações Estaduais

Instrução Normativa Conjunta Seplan/Sefaz/AGE nº 1/2015

Alguns destaques da norma:

- Credenciamento de convenentes
- Institui a figura do Fiscal do Convênio (art. 53)
- Responsabilidade solidária dos gestores, fiscal do convênio, entidade concedente e conveniente por eventual restituição aos cofres públicos (art. 54)
- Previsão de chamamento público para selecionar projetos e convenentes (arts 12 e 13)
 - ✓ Órgãos ou entidades públicas: facultativo
 - ✓ Entidades privadas sem fins lucrativos: obrigatório

Exceção: emergência ou calamidade; proteção de pessoas ameaçadas; parcerias acima de 5 anos

- Pode alcançar qualquer agente público que der causa a ato irregular ou concorrer para o
- Exemplos de agentes que podem ser responsabilizados pelo TCE/MT

- ✓ **Convênios/Contratos:**

- Dirigentes máximos dos órgãos
- Assessoria Jurídica e/ou técnica
- Fiscal do convênio
- Fiscal do contrato
- Comissão Licitação
- Pregoeiros
- Servidor que elabora edital de licitação
- Servidor que elabora projeto básico
- Responsável pela homologação
- Responsáveis pela medição e atesto
- Contador
- Controlador Interno



- **Delegação de Poderes:**

- ✓ **Possibilidade** – instituto da descentralização
- ✓ **Requisitos:** ato formal e publicação
- ✓ **Efeitos:** solidariedade se demonstrada a culpa “in eligendo” ou “in vigilando”

Obs: Princípio do Controle ou Tutela - poder dever de fiscalizar e revisar



Tribunal de Contas

Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

“O temor do Senhor é o princípio da sabedoria” Prov. 1:7

Volmar Bucco Junior

Auditor Público Externo

volmar@tce.mt.gov.br